

PROGRAMA DO XVI GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Intervenção do Secretário Regional da Economia

José Manuel Rodrigues

Funchal, 7 de maio de 2025

- **Exma. Senhora Presidente da Assembleia da Legislativa da Madeira**
- **Exmas. Senhoras e Senhores Deputados**

É com enorme gosto que volto a esta Casa para apresentar o Programa de Governo para a Economia da Madeira e do Porto Santo, depois de ter sido Presidente desta Assembleia durante seis anos.

Sempre disse, e reitero, que se pode servir bem o povo estando na oposição ou no poder, e o mesmo princípio é válido quer se integre a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira quer se integre o Governo Regional.

No Parlamento ou no Governo, é nosso dever servir quem nos elegeu e contribuir para o Bem Comum da nossa Região.

É, por isso, com toda a humildade e enorme respeito, mas também munido da minha experiência política e de serviço à causa pública, e da minha visão de progresso e justiça social, que submeto à apreciação de Vossas Excelências o Programa do XVI Governo Regional para a área da Economia, que foi sufragado, maioritariamente, pelo eleitorado no dia 23 de março.

O Programa ora em apreciação é, naturalmente, semelhante àquele que foi aprovado neste Parlamento, em junho de 2024, e que estava em execução, antes da aprovação da moção de censura pelas oposições, em dezembro do ano passado.

O recurso a eleições ditou um reforço da maioria governamental, num sinal claro de que o povo madeirense deseja estabilidade política, responsabilidade e governabilidade.

É neste quadro que submeto a Vossas Excelências as grandes linhas de orientação estratégica para as áreas tuteladas pela Secretaria da Economia, na sequência do trabalho realizado, nos últimos anos, com bons resultados.

Este Governo entra em funções com um saldo acumulado muito significativo de crescimento da economia, nos últimos 48 meses, resultado da ação de empresários e trabalhadores e das políticas governamentais que foram seguidas, bem como com um saldo claramente positivo de criação de empresas, no primeiro trimestre deste ano, e o desemprego mais baixo de há 21 anos a esta parte.

Contudo, estamos conscientes de que temos pela frente um clima geopolítico e um ambiente económico marcados por transformações impensáveis, por incertezas relevantes e, sobretudo, por uma grande imprevisibilidade.

Temos de estar atentos e preparados para responder a estas novas exigências, trazidas quer pelos efeitos da guerra da Ucrânia e do Médio Oriente quer pela guerra comercial em curso e, ainda, por estimativas do Fundo Monetário Internacional que preveem um abrandamento nas principais economias mundiais, que pode ter consequências nas nossas ilhas, considerando que temos uma economia aberta ao exterior e dependente do turismo, de exportações e do investimento externo.

O nosso desafio é manter o crescimento económico no turismo, nos serviços, no imobiliário, no setor tecnológico e sermos capazes de, por um lado, apoiar, ainda mais, a internacionalização das nossas empresas e aumentar as exportações e de, por outro lado, introduzir uma maior diversificação na economia regional e torná-la mais resiliente e preparada para enfrentar o impacto das situações imprevisíveis do mundo em que, hoje, vivemos.

Esperemos o melhor e preparemo-nos para o pior. E enfrentemos o que vier com coragem e determinação.

Só o caminho da diversificação, da modernização e da sustentabilidade económica pode impulsionar empresas mais competitivas e mais produtivas, pode criar riqueza e uma maior valorização dos salários e das prestações sociais.

Reafirmo que só há verdadeiro crescimento económico se existir desenvolvimento social, isto é, se a riqueza criada anualmente tiver reflexos na melhoria da vida das pessoas e das famílias.

Neste quadro, importa, como é objetivo deste Governo, a redução dos impostos, nomeadamente sobre o trabalho, mas também sobre o consumo, sem afetar o equilíbrio orçamental, o controlo da inflação, por via de uma maior concorrência no mercado dos bens essenciais, e através da atualização de salários acima do aumento de preços, para devolver poder de compra às famílias.

Mas não tenhamos dúvidas de que a chave é termos empresas mais competitivas e mais produtivas.

Só criando mais riqueza, poderemos corrigir as desigualdades sociais e reduzir o risco de pobreza.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Numa economia social de mercado, como a que defendemos, não compete ao Governo planificar a economia, gerir negócios ou orientar as decisões das empresas privadas.

Exceção feita aos setores estratégicos da energia ou das águas, tudo o que os privados puderem fazer com mais eficácia e qualidade do que o setor público deve ser concessionado, porque não podemos prejudicar o Bem Comum em nome de preconceitos ideológicos.

O Governo só deve intervir na economia para regular, corrigir distorções de mercado, salvaguardar uma sã concorrência, defender os consumidores, reduzir os custos de contexto das empresas e dos produtores e estabelecer as condições para que empresários e trabalhadores possam prosperar e gerar riqueza, uma vez que são eles o verdadeiro motor da economia;

No entanto, o Governo predispõe-se a criar as condições para um clima económico mais competitivo, designadamente simplificando e desburocratizando serviços públicos, acelerando processos de investimento, facilitando o acesso aos fundos comunitários e ajudando nos processos de digitalização e de descarbonização das empresas.

Assim, este é o Programa que o Governo se propõe cumprir, durante quatro anos, assente nas seguintes medidas e objetivos:

-Prosseguir a trajetória de crescimento económico, iniciada em 2021, que permitiu ter o maior número de pessoas empregadas dos últimos dez anos, com a consequente baixa do desemprego para níveis históricos, inferiores a seis por cento;

-Fazer refletir, cada vez mais, na vida dos cidadãos e das famílias os resultados deste crescimento de todos os setores económicos, aumentando os seus rendimentos, quer por via do aumento dos salários quer através da descida de impostos sobre o trabalho;

-Lançar na negociação, no âmbito da concertação social, com os parceiros sociais, a possibilidade da extensão do subsídio de insularidade a todos os trabalhadores, de forma gradual, e estabelecer um salário de referência para os jovens licenciados quando estes entram no mercado de trabalho, fixando ativos qualificados;

-Indexar os aumentos salariais aos aumentos de produtividade de cada setor económico, garantindo subidas reais dos salários acima do aumento dos preços ao consumidor, tendo consciência de que o nosso tecido empresarial é constituído, maioritariamente, por micro, pequenas e médias empresas;

-Conter a inflação, nomeadamente dos preços dos bens essenciais, introduzindo mais concorrência no mercado, nomeadamente na distribuição e no abastecimento de bens alimentares, com a entrada de novos operadores comerciais, e garantir o trabalho da ARAE, através de ações preventivas e inspetivas que assegurem a legalidade de atuação dos agentes económicos e a segurança e defesa da saúde pública e dos direitos dos cidadãos;

-Diversificar a nossa base produtiva, designadamente através do apoio aos investimentos nas áreas tecnológicas e através da criação de incentivos fiscais que atraiam à Região centros operacionais de negócios e serviços, aproveitando a posição estratégica da Madeira, a fiabilidade das comunicações, as infraestruturas existentes e a nossa qualidade de vida, e, assim, criando emprego qualificado para fixar os nossos talentos;

-Dar continuidade, através do Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE), à implementação de medidas de apoio à modernização, à capacitação e à competitividade das micro e pequenas empresas, designadamente do comércio, serviços e indústria, incrementando a sua produtividade, renovação, crescimento sustentado, resiliência e responsabilidade social, preparando-as para mercados além da Região;

-Prosseguir o trabalho desenvolvido pela Startup Madeira, no apoio ao empreendedorismo e à inovação, desenvolvendo um clima propício ao acolhimento e crescimento de novos negócios, mantendo, também, a sua estreita colaboração com a Universidade da Madeira e com a Arditi, que tem vindo a produzir bons resultados, com o lançamento de novos projetos;

-Impulsionar a maior descentralização do investimento privado para o norte da ilha, por via do trabalho da Madeira Parques Empresariais, majorando apoios, nomeadamente dos fundos europeus, e isentando ou reduzindo a carga fiscal sobre as empresas, criando emprego, fixando os jovens e reforçando, deste modo, a coesão social e territorial da Região;

-Acompanhar a aplicação, no nosso arquipélago, do Programa “Reforçar” da República, já assegurada pelo Governo Regional, e que dispõe de mais de 10 mil milhões de euros, e aumentar a nossa capacidade exportadora, potenciando as oportunidades de negócio abertas pela Invest Madeira, nos últimos anos, e cujos resultados são já visíveis na internacionalização de várias empresas que já se encontram a vender para vários mercados;

-Reduzir os custos de contexto das nossas empresas, nomeadamente os relacionados com os custos da mobilidade de mercadorias, continuando a pugnar pela efetivação de POSEI transportes da União Europeia que esbata os custos da insularidade e da ultraperiferia;

-Exigir do Estado o cumprimento da linha ferry entre a Madeira e o continente, conforme o estipulado no Orçamento deste ano, e reduzir os custos de transporte de bens e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, fazendo cumprir o princípio da continuidade territorial no interior do arquipélago;

-Concluir as obras de recuperação e renovação do porto do Caniçal, realizadas pela APRAM, aumentando a sua operacionalidade e capacidade de atracação, e dinamizar comercialmente alguns espaços do porto de cruzeiros do Funchal, considerado o melhor da Europa, e que já atingiu o trânsito de 1 milhão de pessoas no ano passado, com um impacto de mais de 60 milhões de euros na economia, bem como impulsionar a descarbonização dos portos da Região até o final desta década;

-Assegurar que a concessão da Marina a privados cumpre os objetivos de qualidade e excelência, inscritos no contrato, fazendo desta infraestrutura uma centralidade do Funchal, nos domínios da náutica de recreio, da atividade marítimo-turística, do comércio e da gastronomia da cidade;

-Promover uma imigração regulada, para fazer face às necessidades do mercado de trabalho em várias áreas, assegurando um acolhimento condigno, a aprendizagem da língua portuguesa, formação profissional e uma salutar integração na nossa sociedade, evitando a segregação e a xenofobia;

-Garantir que o Estado aplica às Regiões Autónomas o programa “Regressar”, incentivando os jovens madeirenses emigrados a voltarem à terra de origem, com melhores condições salariais, fiscais e habitacionais do que aquelas que tinham no estrangeiro, e que permitam a sua permanência nas nossas ilhas;

-Cumprir os programas operacionais do ciclo 2021-2027, em que a Região beneficia de apoios comunitários superiores a dois mil milhões de euros, o maior envelope financeiro de sempre, o que exige do Governo, da administração pública e das empresas uma grande capacidade de execução, para construir ilhas mais sustentáveis, sociedades mais equilibradas, economias mais fortes, empresas mais robustas e diminuir assimetrias e desigualdades sociais;

-E, finalmente, o maior desafio de todos:

Assegurar que a União Europeia não reduz o fundo de coesão nem põe em causa o princípio da subsidiariedade no próximo Quadro Comunitário, e, antes pelo contrário, concretiza os princípios do artigo 349 do Tratado Europeu, que prevê políticas e apoios específicos para a realidade das Regiões Ultraperiféricas.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Este é um Programa ambicioso, ousado, mas dirigido ao principal objetivo do Governo, que é a melhoria das condições de vida do povo das nossas ilhas.

Os sinais destes novos tempos não oferecem grandes otimismo, pelo contrário, trazem notas preocupantes de protecionismos, obstáculos ao comércio livre e a escalada de retaliações entre países.

Esperemos que prevaleça o bom senso e que os diversos blocos económicos se entendam sobre as tarifas comerciais; mas é certo que o mundo não será o mesmo e que novos desafios e exigências colocarão à prova a nossa capacidade de os vencer, mantendo o crescimento económico e a harmonia social da Região.

Tenho a convicção de que, mais uma vez, estaremos à altura do que nos for pedido e que, com o contributo de todos,

continuaremos na senda do progresso, do desenvolvimento e do bem-estar dos madeirenses e porto-santenses.

Estou ciente de que estar à altura é muito mais do que cumprir um programa de Governo; estar à altura é saber que, na insularidade, não há outra forma de estar, porque, aqui, no meio do Atlântico, onde quase tudo é limite, iminência e desafio, há um olhar apontado ao infinito que, desde o princípio, nos reveste de um desígnio e de um compromisso ainda maiores.

Estou, pois, certo de que saberemos estar à altura desta terra e deste mar, da nossa gente, deste infinito de possibilidades que são as ilhas, cumprindo e cumprindo-mo-nos ao lado de todos os madeirenses e porto-santenses.